



figueirinhas

ANTÓNIO REIS · MARIA INÁCIA REZOLA · PAULA BORGES SANTOS (COORDENAÇÃO)

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL **0 25 de Abril**

volume 6

030
Dic

bleia Constituinte, Hermenegilda Rosa Pacheco Pereira ocupou-se, sobretudo, de assuntos laborais. Apresentou um requerimento na sessão de 11 de fevereiro de 1976 relativo à situação da empresa Têxtil Manuel Gonçalves. Esta empresa encontrava-se sob intervenção do Estado, a que o VI Governo pôs fim. Os trabalhadores enviaram uma exposição ao presidente da Assembleia Constituinte, situação que levou à intervenção de Hermenegilda Rosa Pacheco Pereira, que se refere às irregularidades cometidas pelo dono da empresa e à necessidade de conhecer as soluções propostas pela comissão administrativa nomeada pelo Governo. Como deputada da I Legislatura da Assembleia da República, continuou a ocupar-se de problemas laborais e da proteção dos trabalhadores. Como membro do Grupo Parlamentar do PCP, as empresas intervencionadas pelo Estado são um dos assuntos mais recorrentes, nomeadamente o fim das intervenções estatais. Criticará e opor-se-á à cessação da intervenção do Estado nas empresas Mundet, Saprel, Corame e na empresa de pré-fabricados João Nunes da Rocha em Aveiro. Empenhar-se ainda no processo contra os ex-administradores do Grupo Empresarial Grão-Pará, alvo de investigações por práticas duvidosas, desde evasão fiscal a transações que beneficiavam os próprios administradores. A indústria corticeira no concelho do Montijo e o encerramento da empresa Pablos são ou-

tras das questões em que se empenha. Ocupa-se ainda de questões ligadas à proteção e previdência social, à saúde e à terceira idade. Em 2005, foi homenageada pela Câmara Municipal de Setúbal, recebendo a medalha Paz e Liberdade por ocasião da comemoração do aniversário da Aprovação da Constituição da República Portuguesa, em que foram homenageados os deputados da Assembleia Constituinte eleitos em 25 de abril de 1975 pelo círculo eleitoral de Setúbal e que participaram na elaboração da Constituição.

[F B R]

Fontes e bibliografia: Arquivo da Assembleia da República. Assembleia Constituinte - *Registo Biográfico dos Senhores Deputados, 1975-1976*. Processo Individual • *O Avante!*

Pereira, João MANUEL MIDOSI BAHUTO PEREIRA DA SILVA **Martins** (Lisboa, 24-11-1932 - Lisboa, 13-11-2008) Foi engenheiro industrial, economista, professor, ensaísta, político, jornalista e dirigente associativo, tendo desempenhado um papel relevante no processo político que sucedeu ao 25 de Abril de 1974 e acompanhando, de uma forma sempre interessada e interventiva, as posteriores fases de desenvolvimento da democracia portuguesa. Começou a ganhar projeção pública fora da sua área profissional quando, em 1971, publicou *Pensar Portugal Hoje*, um conjunto de ensaios reunidos em duas edições rapidamente esgotadas, nos quais propunha

uma reflexão sobre os destinos do país, dentro de uma leitura no campo da esquerda mas avessa a chavões e a ortodoxias, que deparou com um conjunto de leitores interessado em compreender os processos de mudança que o marxismo parecia anunciar mas poucos observavam de uma forma analítica. Foi, porém, com o 25 de Abril que a sua voz pública ganhou maior projeção. Tornou-se então o responsável pela secção económica do muito lido semanário *Vida Mundial*, onde os seus textos refletiam sempre uma posição de esquerda não-alinhada que foi mantendo ao longo da vida. A sua intervenção política mais notória decorreu, porém, entre março e agosto de 1975, quando desempenhou o cargo de secretário de Estado da Indústria e Tecnologia do IV Governo Provisório, de Vasco Gonçalves, por convite do ministro João Cravinho. Aí geriu, numa altura crítica do processo revolucionário português, o complexo processo de nacionalização das grandes empresas da siderurgia, dos cimentos, dos estaleiros navais, da indústria química pesada, da petroquímica e das celuloses. Veio, no entanto, a pedir a demissão do cargo a 14 de julho, em carta tornada pública, na qual manifestou o seu desalento pela divisão das esquerdas e pelo que de negativo, a seu ver, representava a excessiva centralidade da iniciativa partidária no processo político revolucionário então a decorrer. Em 1976, apoiou a candidatura inde-

pendente de Otelo Saraiva de Carvalho à Presidência da República e publicou o livro *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*, onde analisou, num registo comparativo com o caso português, o processo de transição para o Socialismo na União Soviética, incluindo referências a revolucionários bolcheviques gradualmente ostracizados durante o mesmo, como Trotsky, Preobrajensky e Bukharine, bem como a figuras centrais da história do comunismo, como Rosa Luxemburgo e Che Guevara. Aí procurou também apontar os motivos pelos quais, em contexto de crise pré- e pós-revolucionária, alianças espúrias e decisões erróneas ou conciliadoras teriam desviado os processos da sua inicial missão redentora. O objetivo era compreender de que modo foi possível que em Portugal o Partido Socialista se tivesse apoiado “nas forças de direita, civis e militares”, vendo-se por tal via a caminhar “de cedência em cedência, na iminência de ser por elas ultrapassado”. A epígrafe que escolhe, retirada de uma obra de Ernesto Che Guevara, patenteia a combinação da intenção exploratória com a enunciação de convicções, evocando “esse drama estranho e apaixonante que é a construção do Socialismo”. Entre abril de 1976 e dezembro de 1977, será diretor interino do semanário *Gazeta da Semana*, um jornal sem publicidade, concebido por jornalistas e não jornalistas, que pretendia aplicar em Portugal um estilo de imprensa aná-

logo ao que tomava então em França o diário *Libération*, e que tinha no núcleo central Jorge Almeida Fernandes (diretor interino), Alexandre Oliveira, José António Salvador, Rui Martins, Adeline Gomes, Joaquim Furtado, Zé d'Almeida e João Botelho. Após o fecho da *Gazeta*, a sua vida pública continuará a distribuir-se pela ensaística, pelo jornalismo de combate e pela colaboração com forças políticas como o Partido Socialista Revolucionário, escrevendo regularmente no jornal *Combate*, na fase em que o jornal passou por um alargamento a colaboradores fora do campo estritamente partidário. Mais tarde irá participar no processo de fundação do Bloco de Esquerda. Aquilo que foi escrevendo ao longo desta fase da vida jamais deixou, porém, de incluir uma reflexão crítica muito pessoal sobre os caminhos experimentados pela democracia portuguesa durante e após o período de transição encerrado em 1976. Particularmente significativos, por integram de forma destacada essa preocupação, são o conjunto de ensaios *No Reino dos Falsos Avestruzes – um olhar sobre a política*, saído em 1984 e a coletânea de pendor diarístico *O Dito e o Feito – Cadernos 1984-1987*, de 1989. Como o descreveu José Vítor Malheiros na introdução à biobibliografia publicada em 2011, “sempre crítico e inconformista, amante da igualdade e da liberdade, independente contumaz, marxista heterodoxo, sartreano radical, João Martins Pereira

foi um dos mais originais e independentes pensadores da esquerda portuguesa”. Em *O Dito e o Feito* deixou escrito que só o interessou o trabalho de constante e dedicada intervenção pública por se saber “um grão numa construção que prosseguirá sem limite de tempo”. *V. tb. CONTROLO OPERÁRIO; INTELECTUAIS; O TEMPO E O MODO*

[R B]

Bibliografia: João Martins Pereira e o seu, *nosso tempo: Bio-Bibliografia*. Pesquisa e texto de Natércia Coimbra. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril, 2011.

Pereira, Nuno Teotónio (Lisboa, 30-1-1922). Arquiteto, oposicionista à ditadura e fundador do MES. Filho de Luís Teotónio Pereira, procurador à Câmara Corporativa e sobrinho do embaixador Pedro Teotónio Pereira. Licenciado em Arquitetura pela Escola de Belas-Artes, em 1949. Foi fundador e presidente do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (1952-1971) e presidente do Centro Nacional de Cultura. Esteve envolvido na organização e difusão de publicações clandestinas de inspiração católica: *Direito à Informação* (1963-1969), *Igreja Presente* (08-12-1964); *Cadernos GEDOC* (1969 e 1970); *Sete Cadernos sobre a Guerra Colonial* (1971); e *BAC – Boletim Anti-Colonial* (1972-1973). Integrou a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1969). Participou nas vigílias de São Domingos, a 31 de dezembro de 1968 e na da